

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E UM-----

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PONTO PRÉVIO:** -----
- Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por mais três meses, do membro da Assembleia Municipal, Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, em conformidade com o previsto no n° 2 do artº 77º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro de 2002.-----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

1. Expediente-----

2. Ata-----

3. Apreciação da informação da Câmara Municipal sobre o segundo aditamento à terceira renovação e quarta renovação das medidas extraordinárias e de carácter urgente, para apoio social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Adequação do Mapa de Pessoal para 2021 – Atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade;-----

b) Transferência de competências na área da Ação Social – Rejeição para o ano de 2021.-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Raquel Louro Vieira Correia, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Francisco de Oliveira Pereira, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, Hélder da Silva Pereira e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Assistiram à distância os membros: Raquel Louro Vieira Correia, Manuel Botelho Mourão, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Rosa Maria Vaz Teixeira de Almeida, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho e Maria Borges Gonçalves Contente.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, da Senhora Vereadora Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, e dos Senhores Vereadores Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pires de Cáceres, Óscar Domingues Ramos e Luis Filipe dos Santos.-----

Não compareceram os membros: Jorge Manuel Mata Magrinho, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Joaquim António Gamito, Maria Emília Batista de Almeida, Francisco Alfeirão Rodrigues e António Albino.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA “AD HOC”-----

Verificando-se a ausência do Senhor 2º Secretário, a Senhora Presidente Paula Lopes, procedeu à nomeação “ad hoc” da Senhora Adelaide Júlia Messias de Lemos, para o substituir na presente Sessão.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA NA PRESENTE SESSÃO---

A Senhora Presidente informou que a Senhora **Maria Emília Batista de Almeida**, eleita da CDU, se fazia substituir, na presente Sessão, pelo Senhor Luís Pedro Marques de Matos, o qual se segue na respetiva lista, em conformidade com o previsto nos nºs 78º e 79ª da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

PONTO PRÉVIO:-----

- Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por três meses, do membro da Assembleia Municipal, Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, em conformidade com o previsto no nº 2 do art.º 77º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A Senhora Presidente colocou o assunto à consideração da Assembleia Municipal. Não foram levantas objeções.-----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

PROJETO DE INSTALAÇÃO DE CENTRAL FOTOVOLTAICA, EM VALE DE ÁGUA-----

Estando presentes vários munícipes que se inscreveram para o uso da palavra sobre o assunto em epígrafe, a Senhora Presidente começou por dar a palavra à **Senhora Carina Carrachita**, a qual começou por informar que estava presente nesta Sessão, em nome individual, para dar conta à Assembleia Municipal da sua posição contra a instalação de uma Central de painéis solares que vai ocupar uma área brutal de terreno, e por não conseguir perceber que projeto verde era este que destrói as árvores, que são o que há de mais verde, em prol de uma energia que não produz oxigénio e não armazena dióxido de carbono, e que vai pôr em causa postos de trabalho das pessoas que vivem do campo e que precisam da terra e das árvores para subsistirem, ficando claramente prejudicadas com este projeto.-----

Acrescentou que o projeto vai criar alguns postos de trabalho, mas não para as pessoas da zona, porque requer mão-de-obra especializada, a qual virá de fora, e por pouco tempo.-----

Mais referiu que se interrogava sobre o que ficará depois deste projeto, tendo em conta que a imagem do Alentejo que é vendida a nível nacional e internacional, dos prados, das árvores, da fauna e da flora, para atrair os turistas, irá desaparecer, sendo que ninguém vai querer comprar estadias, em turismos rurais, para verem painéis solares e andar de bicicleta entre os mesmos, pelo que não lhe parece, de todo, que este seja um projeto que vá criar algo de bom para aquelas freguesias.-----

Referiu ainda que percebia que tem que haver uma descarbonização e todos sabem que o futuro é a energia elétrica, para a qual são necessários painéis solares, mas considera

que, em vez de andarem a destruir a floresta para o efeito, se preparassem as casas, os prédios e as autoestradas para aí colocarem painéis solares, todos ganhariam. -----
Concluiu, referindo que este assunto tem que ser levado em conta, de uma forma séria, porque todos precisamos de oxigénio para viver. -----

A Senhora Presidente concedeu em seguida a palavra ao **Senhor Rui Sequeira**, o qual começou por referir que estava na presente Sessão em seu nome e da sua família, acrescentando que residia naquela Freguesia, havia dez anos, tendo mudado toda a sua vida para ali viver, pela qualidade do ar ali existente, como aconteceu com outras pessoas, sendo que, no início do ano, foram confrontados com a intenção de uma empresa, de construir uma mega Central fotovoltaica naquela Freguesia, questionando também sobre o que vão fazer com os muitos animais que vivem naquele espaço. -----

Mais questionou o porquê deste projeto numa zona arborizada, quando o Governo pressiona e diz que precisa de energias verdes e que vai produzir hidrogénio verde, tendo na semana em curso anunciado a criação de mil e duzentos postos de trabalho, em Sines, relativos a projetos neste âmbito, enquanto em S. Domingos se pretende destruir mil e duzentos hectares de terreno numa zona arborizada.-----

Acrescentou que gostaria de saber qual a posição da Câmara Municipal sobre este projeto, porque embora compreendesse que o mesmo se inseria numa iniciativa governamental, considerava que, localmente, havia uma palavra a dizer. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao **Senhor Paulo Quintos**, o qual começou por saudar todos os presentes. -----

Prosseguiu, referindo que não era natural de S. Domingos, mas aquela era a terra que tinha escolhido para viver, havia mais de trinta anos. Acrescentou que não vinha protestar, nem questionar, mas sim fazer um apelo à Assembleia e à Câmara Municipal, para que pese bem os prós e contras da implantação do projeto em causa, em S. Domingos e Vale de Água, considerando que era uma barbaridade a ocupação de um terreno, com mil e duzentos hectares, com painéis solares. Acrescentou que enquanto as árvores existentes no local, como já tinha sido dito, capturam o carbono e libertam oxigénio, os painéis, embora não produzam carbono, também não libertam oxigénio. ---
Apelou ainda para que não sejam tomadas decisões, de ânimo leve, sem ouvir as populações.-----

Concluiu, referindo que nunca tomou posições político/partidárias, porque a sua política e o seu partido são Santiago do Cacém e S. Domingos, pelo que tem vindo a fazer várias sugestões à Senhora Presidente da Junta de Freguesia e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o que se pode fazer mais e melhor, sendo que o que pretende é que não se destrua o que existe de bom naquelas Freguesias, e que todos juntos possamos fazer mais.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao **Senhor Luís Mota Capitão**, o qual cumprimentou a mesa da Assembleia a Vereação e todos os presentes. -----

Mais referiu que, por sua culpa, era a primeira vez que vinha a uma sessão da Assembleia Municipal, porque não fazia política ativa, sendo que a sua política tem sido fazer o melhor possível no seu trabalho, na área da Saúde, em prol dos seus concidadãos. -----

Referiu também que pertencia a uma família que vivia no Município, havia cento e cinquenta anos, compreendendo cinco gerações, acrescentando que o que os trazia aqui, era o facto de estarem preocupados com a enorme mancha de painéis solares que está prevista para o Município, com aspetos altamente negativos, colocando o mesmo numa verdadeira encruzilhada com a ameaça desta locomotiva que se está a aproximar, e que não sabe se é possível evitar. -----

Referiu ainda que Santiago do Cacém é uma terra única, não só nos cartazes, a qual têm praticamente tudo o que de melhor existe no Alentejo, nomeadamente uma orla costeira fantástica, uma propriedade e vivência rural muito genuína, onde não existem grandes propriedades, dando como exemplo a sua herdade, Cebolal, com oitenta e cinco hectares. -----

Acrescentou que se trata de uma terra que tem uma vocação multifacetada, situada entre três municípios que já não podem voltar para trás nas suas condições, como é o caso de Sines, com uma mancha industrial poluente e que não procura mitigar esta situação através do espaço rural e ambiente que ainda existe à sua volta. Odemira que é diariamente notícia pela desgraça criada no seu território, com uma mancha interminável de plástico que destrói tudo o que é ecologia e social. O Distrito de Beja enfeudado a uma agricultura extensiva, com graves problemas sanitários dos trabalhadores da olivicultura, tendo isto tudo a ver com o que se permitiu fazer. Pelo que, aqueles que ainda podem escolher devem lutar por outras condições e aqueles que não podem escolher e que vêm de terras distantes, não devem ser tratados da mesma maneira ou pior que os portugueses que emigraram para França, para os *bidonvilles*, nos anos cinquenta e sessenta do século passado. -----

Mais referiu que Santiago do Cacém não tem estes problemas, por enquanto, e que, em sua opinião, o Município tem uma estratégia correta, de apostar em vários polos de desenvolvimento, nomeadamente rurais, industriais, sanitários e educativos, considerando que, relativamente a este último, seria fundamental a criação de politécnicos. -----

Deu ainda a conhecer um artigo da edição de fevereiro da revista Vida Rural, sobre as primeiras propostas do eco regime da nova PAC, para atingir os objetivos ecológicos europeus. -----

Acrescentou que é preciso ter cuidado com projetos de grandes dimensões, os quais, no final da sua vida útil, ao fim de trinta anos ou mais, deixam o terreno numa desgraça completa, do ponto de vista de resíduos, considerando que a Câmara Municipal não deve permitir que isso aconteça no Município, pelo que o apelo que fazia às forças vivas do Concelho de Santiago do Cacém é que observassem o que se passa à sua volta, nos concelhos de Sines e Odemira e vejam bem a desgraça que ali acontece, assim como nos campos do Baixo Alentejo, pelo que pediu aos seus representantes que usem toda a sua inteligência, capacidade de argumentação e todos os conhecimentos de que dispunham, porque existem alternativas para este projeto. -----

Concluiu, referindo que não falava por si, dado que já tinha setenta anos, sendo que poderá viver mais uns dez ou treze anos, mas pelos seus filhos e neta, e por considerar que temos por obrigação deixar esta terra única em condições de não nos envergonharmos, em condições das pessoas quererem vir para cá, e que os que aqui vivem tenham uma boa qualidade de vida. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao **Senhor Germano do Carmo**, o qual depois de apresentar cumprimentos a todos os presentes, começou por pedir, encarecidamente, para se ter a noção do senso e da escala deste projeto, porque se estava a falar de dois mil e quatrocentos hectares, quando na Amareleja são duzentos e cinquenta hectares e, em Ourique, são duzentos hectares, apelando para que não se desertifique o nosso Concelho. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao **Senhor Júlio Heitor** que cumprimentou todos os presentes, referindo em seguida que tinha habitação, em Vale de Água, onde residia havia pouco tempo, embora visitasse Santiago do Cacém, desde há muito. Acrescentou que era aflitivo verificar que no projeto em causa está prevista a colocação

de painéis solares colados às casas onde vivem as pessoas e imaginar que as mesmas acordam e olham para um campo de espelhos, onde antes viam árvores, o que não faz qualquer sentido. -----

Mais referiu que a perceção de quem vem de Lisboa e pensa o melhor sobre o trabalho extraordinário que a Câmara Municipal tem feito, e deve continuar a fazer, defendendo os valores desta terra, o que faz com que as pessoas fiquem apaixonadas pela Cidade e pelas aldeias do Município. -----

Acrescentou que algo os fez ficar aqui e que vai incutir muita procura, porque é um lugar especial, onde toda a gente quer estar, viver e ficar, pelo que felicitou os eleitos pelo trabalho desenvolvido, apelando para que não o deixem destruir. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao **Senhor Pedro Gouveia**, o qual depois de apresentar cumprimentos, começou por referir que não sendo Alentejano de nascimento, era Alentejano de coração, acrescentando que havia vinte anos que tinha escolhido o Município de Santiago do Cacém para viver, depois de vender uma quinta no norte do País e de ter andado a ver propriedades de norte a sul do mesmo, tendo escolhido esta zona, porque conhecendo o Alentejo, a sua diversidade e beleza, esta é a zona mais bonita desta Região, onde há mais árvores, mais frescura e verde. Onde se escuta mais o barulho das aves e se observam animais que não se encontra noutros sítios. -----

Mais referiu estar muito impressionado com o que se está a pensar fazer e que, muitas vezes, como português, se interroga sobre o que se anda a fazer ao nosso País e qual o legado que os autarcas querem deixar às novas gerações, nos próximos trinta anos, porque as decisões que tomarem agora vai afetar a vida de milhares de pessoas durante aquele período e até mais anos, caso se avance com uma Central com aquelas proporções desmedidas e completamente irracionais do ponto de vista científico e ambiental, ou de qualquer outro ângulo, a qual vai destruir a parte mais bonita do Alentejo que é Santiago do Cacém, o que ficará registado na História. -----

Referiu ainda que também se questiona, porque razão Santiago do Cacém, terra que se distingue pela sua beleza única, tem que pagar desta forma o abastecimento de energia ao Complexo Industrial de Sines. -----

Acrescentou que havia outro aspeto sobre o qual também valia a pena refletir, o qual tinha a ver com o facto de os portugueses vibrarem tanto com determinados chavões, tais como: o megaprojeto, o maior da Europa, o maior do mundo, o que demonstra algum complexo de inferioridade relativamente a outros povos, considerando que é nestes momentos que devemos tomar posições que demonstrem que não somos inferiores. -----

Mais referiu que nenhum país da Europa instala uma Central daquele tamanho no seu território, contrário aos interesses das suas populações, até porque existem alternativas.

Referiu que outra questão que queria colocar, tinha a ver com o Plano de Ordenamento da Barragem da Fonte Serne, no qual estão previstas zonas de turismo, de pastorícia e de defesa da própria Barragem, pelo que não percebe como é que se pode deixar ocupar dois hectares desta zona, questionando se o PDM vai ser revisto para permitir que isto seja feito, destruindo a complementaridade da zona da barragem no que respeita a atividades turísticas. -----

Concluiu, referindo que a sua intenção é continuar a viver neste Concelho único, pela sua beleza, e por muitos anos, bem como os seus filhos, acrescentando que recebe mais de cem pessoas por ano no seu monte, com alojamento local, gerando os mais diversos trabalhos de apoio às atividades turísticas, sendo que, durante o ano, perto de trezentas pessoas visitam e circulam na zona de S. Domingos, onde fazem compras e contribuem para a dinamização do comércio local, questionando sobre os postos de trabalho que

aquela Central vai trazer, na qual, depois de instalados os painéis, fica somente um reduzido número de elementos, para apoio técnico à mesma. -----

Concluiu, referindo que pensava no legado que os responsáveis por estas decisões vão deixar às gerações futuras e pelas quais serão responsabilizados, destruindo a vida de milhares de pessoas e de uma paisagem única. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra à **Senhora Belizanda Quintos**, a qual apelou, para que não se deixe que a terra única e a beleza deste Concelho se transforme numa terra dos painéis. -----

O Movimento ProtegeAlentejo1260 entregou um documento/exposição à Mesa da Assembleia Municipal sobre este assunto, o qual é dado como reproduzido na presente Ata, com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para responder às questões colocadas pelos munícipes, o qual começou por saudar todos os presentes, e informou que este assunto já tinha sido abordado por alguns munícipes, na reunião ordinária da Câmara Municipal que teve lugar, no dia anterior, em S. Domingos, bem como, em Vale de Água, no âmbito da Presidência aberta que decorre na União de Freguesias de S. Domingos e Vale de Água. Mais referiu que discordava da afirmação que foi feita relativamente ao complexo de inferioridade dos portugueses, por considerar que não era um rótulo justo, recordando que se tratava de um País com séculos de História, sempre combativo e que foi o primeiro a delinear as suas fronteiras. -----

Relativamente à questão do legado da Câmara Municipal sobre este assunto, considerou que existe um equívoco de base, dado que algumas pessoas tentam fazer passar a ideia que a Câmara Municipal é promotora daquele investimento ou concorda com o mesmo, quando o projeto ainda nem deu entrada nos Serviços Municipais. -----

Mais informou que a empresa promotora do projeto tinha solicitado uma reunião à Câmara Municipal, havia cerca de dois anos, na qual foi manifestada a intenção de construir uma Central fotovoltaica de grandes dimensões, em Vale de Água, substituindo o eucaliptal existente no local, tendo percebido que os mesmos já tinham feito contactos com os proprietários dos terrenos. -----

Acrescentou que também se faz passar a ideia que a Câmara Municipal conhecia o processo, havia três ou quatro anos, o que não é verdade, dado que a empresa promotora tinha apresentado somente um pedido de informação prévia, sobre as condicionantes existentes, em termos de ordenamento do território. -----

Informou ainda que, havia três ou quatro meses, tinha sido publicada uma notícia no Jornal Expresso sobre a intenção da construção de uma grande Central fotovoltaica no Município, o que o levou a recordar aquela reunião, pelo que procurou saber junto dos Serviços se tinham dado entrada de algum processo sobre aquele projeto, sendo que apurou que para além da informação prévia que atrás referiu, havia somente um pedido de informação sobre este assunto, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no âmbito da discussão pública do Estudo de Impacte Ambiental. -----

Acrescentou que passados poucos dias da notícia publicada no Expresso, recebeu um pedido de reunião da empresa promotora, a qual quis dar uma explicação sobre o projeto, tendo em conta que o mesmo foi tornado público, informando que mantinham a intenção de desenvolver o projeto, no sentido de instalarem quinhentos painéis solares, numa área de mil duzentos e setenta hectares, e que estavam disponíveis para proceder a

algumas alterações indicadas pelas populações e autarquias, no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental. Informaram também que já tinham a necessária autorização da Rede Elétrica Nacional (REN), entidade que gere a linha de muito alta tensão, apresentando igualmente disponibilidade para a apresentação pública do projeto, o que não obteve o parecer favorável da Autoridade de Saúde, tendo em conta a situação de pandemia em curso, sendo necessário aguardar por uma melhor ocasião. Mais informou que falou com a Senhora Diretora da APA que lhe transmitiu que também estava disponível para falar com as pessoas sobre este assunto. -----

Informou ainda que a competência para o licenciamento do projeto é da Direção Regional de Energia, com o parecer da APA, depois de ouvir várias entidades e pessoas que tenham interesse no projeto, sendo que à Câmara Municipal cabe somente emitir parecer relativo à adequação do projeto aos instrumentos de ordenamento do território, em vigor, o que fará, quando o mesmo der entrada nos Serviços Municipais. -----

Referiu também que outra questão que se colocava, era a posição política sobre esta matéria, relativamente à qual a Câmara Municipal não deixará de se pronunciar, caso considere o projeto nefasto, depois de o apreciar, embora, nos termos do quadro legal, não tenha competências para o reprovar. -----

Acrescentou que se tratava de uma questão controversa e que compreendia as preocupações legítimas das pessoas sobre a mesma, sendo que não existem exemplos comparativos de grandes projetos deste tipo no País, pelo que se irá aguardar pelo parecer das entidades e de pessoas que percebem desta matéria, para tomar uma posição política sobre o assunto, considerando que não se pode pedir a um decisor público que tome posições baseadas apenas em opiniões, embora considere que as mesmas são legítimas. -----

Relativamente ao Plano Especial da Barragem da Fonte Serne, esclareceu que não se trata de um instrumento de ordenamento da Câmara Municipal, pelo que a mesma não tem competências para proceder à sua alteração. Mais esclareceu que a alteração ao PDM resultou de uma imposição legal, não tendo nada a ver com o projeto em causa. ---

Referiu ainda que a Câmara Municipal tem uma estratégia bem definida e que vai ao encontro do que entende ser o melhor para a população do Município. -----

Sobre a questão de Sines, referiu que era uma realidade que a população de Santiago do Cacém era afetada pela poluição do Complexo Industrial, sito naquele Município vizinho, mas era preciso também ter em conta a sua importância em termos de empregabilidade, dado que a maioria das pessoas que nele trabalham residem no Município de Santiago do Cacém. Acrescentou que a NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, em que o mesmo se insere, regista o maior índice de produtividade do País, esperando que prossigam os investimentos na rodovia, na ferrovia e no Porto de Sines, para que se continue a desenvolver a região e o País, bem como em empresas cada vez menos poluentes, acrescentando que tinha sido dado um passo neste sentido com o encerramento da Central de Carvão, embora considere que a descarbonização pode também ser feita de outras formas, como a redução do transporte rodoviário, entre outros fatores que podem ajudar o ambiente, e não só com painéis solares.-----

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal está a acompanhar o desenvolvimento do processo em causa e tomará a posição que for melhor para a população.-----

Não havendo mais questões sobre este assunto, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos munícipes e os seus contributos.-----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

TRANSPORTES PÚBLICOS

O Senhor Tiago Silva, eleito do PS, questionou se existia algum desenvolvimento sobre esta matéria relativamente às necessidades reais das populações, tendo em conta a Moção aprovada sobre este assunto na Sessão anterior da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente informou que a CIMAL tem estado a trabalhar sobre esta matéria, recordando que os cinco municípios do Litoral Alentejano, tinham, inicialmente, rejeitado, por unanimidade, assumir este projeto, o qual só foi aceite quando o Governo anunciou que havia uma verba, de cento e quatro milhões, para o seu financiamento. ----

Mais informou que com a pandemia e o conseqüente encerramento das escolas, a empresa rodoviária suspendeu algumas carreiras, e que no ano anterior foram as autarquias que suportaram o défice registado com a redução das mesmas, tendo o Município de Santiago do Cacém despendido mais de cem mil euros para o efeito. Acrescentou que este assunto foi colocado numa reunião com o Senhor Secretário de Estado, o qual ficou de arranjar mais alguma verba, tendo sido disponibilizados apenas cinquenta mil euros para os cinco municípios. -----

Concluiu, referindo que este era mais um exemplo de transferência de competências do Governo para as autarquias, sem os meios financeiros que são necessários. -----

PROPOSTA DE MOÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE REFERENDO SOBRE O PROJETO DA CENTRAL FOTOVOLTAICA

Pela Senhora Susana Pádua, eleita do PS, foi apresentada uma proposta, verbal, de Moção, no sentido de a Assembleia Municipal deliberar que seja feito um Referendo sobre a instalação da Central Fotovoltaica, para ouvir as populações, tendo em conta as questões apresentadas pelos munícipes na presente Sessão, bem como o que se conhece sobre o assunto e que tem sido reportado pela Comunicação Social. -----

Acrescentou que os eleitos do PS têm percebido que muitas pessoas não tiveram oportunidade de se pronunciar, no âmbito da consulta pública do projeto, devido a vários fatores, nomeadamente a situação de pandemia, pelo que o Referendo proporcionará a sua auscultação. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, começando por saudar os munícipes presentes, acrescentando que era um prazer a sua presença e que gostaria de os ver mais vezes nas sessões da Assembleia Municipal a colocar problemas relativos ao Município. -----

Mais referiu que tem vindo a acompanhar esta situação com alguma preocupação, por considerar que se trata de um projeto inusitado, tendo em conta a sua dimensão, a implantar num território que é essencialmente rural e com uma componente turística muito forte, sendo um espaço único, com dois espelhos de água, a Barragem de Campilhas e a Barragem de Fonte Serne, perto da localização prevista para o projeto em causa, o qual vai descaracterizar toda aquela zona. -----

Acrescentou que lhe faz confusão o facto de existir uma grande área de terreno disponível no Município de Sines, o qual se destinava ao grande plano industrial previsto para o mesmo e que caiu devido ao grande choque petrolífero de 1973, não tendo sido utilizado para aquele fim, sendo que a escolha é da entidade promotora. -----

Mais referiu que, do ponto de vista político, pode ser marcada uma posição muito forte por parte dos órgãos autárquicos do Município sobre esta matéria, mas do ponto de vista jurídico, secundava o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que gostaria de perceber até que ponto a Autarquia pode inviabilizar o projeto, sabendo que é determinante o parecer da APA, porque se trata de questões

ambientais, e gostaria também de saber se a Câmara Municipal tem acompanhado a situação relativamente aos instrumentos do território, e se os mesmos permitem uma construção com aquelas dimensões.-----

Relativamente à proposta de referendo apresentada pelos eleitos do PS, referiu não concordar com a mesma, embora considere importante ouvir as pessoas, por considerar que os referendos têm que ter consequências, o que não vai acontecer, porque o seu resultado não é vinculativo relativamente à decisão a tomar pelas entidades com competência para aprovarem o projeto em causa, pelo que se tratava de um momento político que não tem consequências e pode defraudar as expectativas das pessoas. -----

Mais referiu que se deve envolver a população nas decisões que lhe dizem respeito, saudando o Movimento que surgiu espontaneamente contra este projeto, mas considerava que havia que ter algum cuidado com o recurso a instrumentos jurídicos que não lhe pareciam adequados, por não terem efeito vinculativo, mesmo que toda a população daquelas freguesias participasse.-----

Concluiu, referindo que vai continuar a acompanhar este processo e tentar perceber o que é possível fazer para contrariar esta intenção. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com dezassete votos contra, sendo catorze das e dos eleitos da CDU Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Luís Pedro Marques de Matos, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Três dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Ramos e Francisco Lobo de Vasconcellos e Senhora Maria Teresa Machado Branco. ----

Uma abstenção do Senhor Ricardo Cruz, eleito do PS. -----

Seis votos a favor, dos eleitos e das eleitas do PS, Senhores Manuel Mourão, Luís de Silva do Ó e Tiago Maria Jantarão da Silva, Senhoras Susana Louro Correia Pádua e Senhora Raquel Correia, e um da eleita do BE, Senhora Rosa Maria Teixeira de Almeida.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, eleito da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: “O meu sentido de voto tem a ver com o facto do referendo não ser vinculativo relativamente à decisão que vier a ser tomada pelo Município, e por se tratar de uma situação da qual não se sabe, em concreto, o que vai ser feito, considerando necessário obter mais esclarecimentos sobre este assunto.”---

OFICINA MÓVEL A OPERAR NO MUNÍCIPIO -----

A Senhora Susana Pádua, eleita do PS, questionou sobre o funcionamento da Oficina Móvel adquirida pela Câmara Municipal, no ano de dois mil e dezasseis, com o apoio da EDP, dado que deixou de ouvir falar da atividade deste equipamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que devido à situação de pandemia não se podia entrar na casa das pessoas, para se proceder aos arranjos solicitados. -----

Mais informou que se tratava de uma carrinha adquirida pelo Município, cujo projeto foi participado pela Fundação EDP, sendo a sua condução e os serviços requeridos prestados por funcionários do Município. -----

Acrescentou que, logo que seja possível, no quadro do desconfinamento, voltarão a ser prestados os serviços nas casas das pessoas que os solicitarem. -----

Interveio a Senhora Susana Pádua, referindo que gostaria de saber qual o número de serviços efetuados no ano anterior à pandemia. -----

REQUERIMENTOS SOBRE O QUADRO DE PESSOAL AFECTO AOS JARDINS DE INFÂNCIA NO MUNICÍPIO -----

A Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referiu que, desde dois mil e dezoito, vinha apresentando requerimentos à Câmara Municipal, para saber qual era o quadro de pessoal afeto às componentes letiva e da família, nas vinte e seis salas dos Jardins de Infância do Município, sendo que continua a receber a informação com um quadro onde não se distingue o pessoal afeto a cada uma daquelas componentes, não compreendendo a razão porque não é fornecida a informação conforme o solicitado. -----

Acrescentou que os rácios só se reportam à componente letiva, determinando que tem que existir uma auxiliar por cada sala, sendo que a informação que lhe foi fornecida engloba também as auxiliares que dão apoio nas refeições, no acolhimento e no prolongamento de horários, num total de sessenta pessoas. -----

Passou em seguida a ler a resposta da Câmara Municipal sobre este assunto “Á semelhança do que fizemos em maio último apresentamos o quadro síntese por agrupamento de escolas e tendo destes o número de grupos constituídos, salas letivas, e o número de assistentes operacionais e assistentes técnicos, definido pela portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro, com as alterações introduzidas pela portaria nº 245-A/2020, de 16 de outubro, que determina que na educação pré-escolar o rácio de assistentes operacionais é de um por cada grupo de crianças regularmente constituído em sala de aula, em conformidade com o limite definido no despacho normativo de constituição de turmas. -----

Mais se refere que as 59 (na altura) auxiliares colocadas pelo Município garantem o cumprimento das tarefas inerentes à componente letiva e às AAAF – Atividades de Animação e Apoio à Família, num horário ininterrupto de dez horas, incluindo as pausas letivas, pese embora a portaria 644-A de 2005 não estabelecer qualquer rácio de pessoal auxiliar para as AAAF.” -----

Acrescentou ainda que no anexo do Protocolo é referido o seguinte: “Relação quantitativa de trabalhadores afetos à componente de Apoio à Família...”, o que significa que a relação existe, a qual é necessária para ser atribuída a verba correspondente ao Município. Pelo que, não compreende qual é a dúvida e/ou teimosia, para não lhe ser facultado um quadro com estes elementos, para que possa perceber melhor o que conhece, em termos empíricos, quando também já tinha detetado, pelos dados que lhe foram chegando, que a relação deste pessoal existia, considerando que a mesma também é importante para a gestão do pessoal no Pré-escolar, sendo levada a concluir que a informação não lhe é facultada nestes moldes, para se continuar a afirmar que a Câmara Municipal tem o dobro do pessoal auxiliar, o que não corresponde à realidade, porque os rácios definidos são só para a componente letiva. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a resposta que foi dada pelos Serviços ao requerimento sobre este assunto era transparente e elucidativa, acrescentando que não há separação do pessoal nas componentes do Pré-escolar e que, de acordo com a lei, tem que haver uma auxiliar por cada sala, pelo que, no caso do Município, são vinte e seis, sendo que a Câmara Municipal têm sessenta pessoas, tendo também em conta o complemento do horário, o que permite aos pais terem quem tome conta dos filhos durante este tempo, de forma gratuita, não conhecendo situação idêntica a esta no País. Acrescentou que compreendia que, em termos políticos, não seja fácil

aceitar a resposta social que a Câmara Municipal dá as famílias e às crianças com esta medida, pelo que andavam, havia meses, a tentar criar ruído sobre esta situação. -----
Mais informou que o Ministério da Educação comparticipa apenas no referente a vinte e seis funcionários, quando são sessenta a assegurar aquele serviço, pelo que continuará a afirmar publicamente que a Autarquia tem mais do dobro das funcionárias que estão previstas, em termos legais, e pelas razões que atrás referiu. -----
Referiu ainda que quando se faz uma pergunta, ou se espera pela resposta que for dada, ou entendemos que a resposta tem que ser aquela que queremos. -----
Interveio a Senhora Susana Pádua, referindo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal podia dizer o que quisesse, o que era diferente do que é correto, acrescentando que pretende somente que seja dada resposta à seguinte questão: “ Qual o numero de assistentes que estão afetas à componente letiva e à componente de apoio à família em cada estabelecimento.” -----
O Senhor Presidente da Câmara referiu que são sessenta auxiliares, de acordo com o quadro que foi fornecido. -----
A Senhora Susana Pádua referiu que o Presidente da Câmara Municipal estava, nesse caso, a dizer que havia em cada uma das vinte e seis salas, uma educadora com três auxiliares, concluindo que diz o que quer dizer e que não está correto. -----
O Senhor Norberto Barradas considerou demagógico o tipo de discurso que tem vindo a ser feito sobre este assunto, numa tentativa de subverter a realidade, quando se sabe que o Ministério comparticipa apenas uma pequena parte do pessoal auxiliar, enquanto a Câmara Municipal suporta mais do dobro do valor. -----

INVESTIMENTOS ANUNCIADOS PARA SINES -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que foram recentemente anunciados pelo Governo, com grande pompa, alguns investimentos para Sines, nomeadamente um *Data Center*, e o projeto do hidrogénio, os quais são relevantes e impactantes também no que respeita à capacidade de absorção das pessoas que vêm para a região, tendo em conta as dificuldades que existem do ponto de vista da saúde e da habitação, questionando se este anúncio foi feito sem que a Câmara Municipal tenha sido envolvida nesta complementaridade e que tipo de resposta vai ser exigida ao Município nesta perspetiva, bem como sobre o envolvimento de outros autores locais, tendo em conta o que aconteceu noutras situações, com um impacto tremendo na gestão social dos problemas inerentes às mesmas.-----
Mais questionou se a Câmara Municipal tinha informação sobre a ligação rodoviária entre Sines e a A2, se a mesma vai avançar, bem como sobre o projeto do hidrogénio verde que também foi anunciado.-----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Governo tinha feito o anúncio público de um conjunto de investimentos para Sines, entre os quais o *Data Center* e a Fábrica de hidrogénio. -----
Mais informou que foi criado um Grupo de Trabalho, pela Secretaria de Estado da Energia, para a questão do hidrogénio, do qual fazem parte o Presidente da Câmara Municipal de Sines e o Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. -----
Acrescentou que o Governo definiu uma meta de produção de nove mil gigas de energia, até dois mil e trinta, o que obriga a existência de painéis solares, para cuja instalação são necessários milhares de hectares, sendo que o Estado é proprietário de muitos terrenos que foram expropriados nos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém, dependendo da vontade do Governo a disponibilização dos mesmos para o efeito, embora uma grande parte se encontre na Rede Natura, com as condicionantes

inerentes, em termos de construção, sendo que é preciso também ter em conta outras questões relativas aos diferentes instrumentos de ordenamento do território, informando que, nas duas reuniões do Grupo de Trabalho que já tiveram lugar, chamou a atenção que as autarquias têm que ser chamadas, para se pronunciarem sobre esta matéria. -----
Referiu ainda que a energia renovável é necessária, mas é preciso encontrar a melhor forma de a produzir, acrescentando que a Câmara Municipal se tinha pronunciado no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental relativamente ao projeto da Central Fotovoltaica, previsto para Vale de Água, levantando questões sobre o ordenamento do território, nomeadamente a proximidade dos painéis às habitações, os equipamentos de turismo rural e as cortinas arbóreas. -----
Acrescentou que esta matéria tem que ser devidamente ponderada, não só no que diz respeito ao território de Santiago do Cacém, mas a todo o País. -----
Relativamente ao projeto do *Data Center*, referiu que não conhecia os seus detalhes, dado que não foi envolvido no mesmo, mas considerava que era um projeto importante e estruturante para a região, tendo em conta que todos os dias o Alentejo perde pessoas qualificadas, as quais podem gerar mais massa crítica. -----
Sobre a ligação rodoviária de Sines à A2, informou que, no âmbito da reunião da CIMAL com o Senhor Ministro das Infraestruturas, havia cerca de dois meses, este transmitira que estão previstas as obras da autoestrada de ligação a Grândola Norte, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). -----

REMOÇÃO DE COBERTURAS DE AMIANTO EM EDÍFÍCIOS ESCOLARES -

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionou se a Câmara Municipal protocolou com as entidades regionais do Ministério da Educação a remoção daquele material de escolas, em Cercal do Alentejo, Santo André, Alvalade e jardim de Infância de Ermidas Sado. Acrescentou que a grande maioria dos municípios do País assinaram o protocolo para o efeito, dando como exemplo alguns municípios do Distrito de Setúbal, tais como: Palmela, Setúbal e Moita. -----

Mais referiu que sendo o financiamento das obras assegurado, em cem por cento, não compreendia a resistência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém na assinatura do Acordo, com as consequências negativas resultantes da existência daquele material nos edifícios escolares. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que já tinha informado a Assembleia Municipal sobre este assunto. -----

Mais esclareceu que, em Cercal do Alentejo, não existem escolas com este problema, sendo que o mesmo se colocava na escola de Alvalade, no Centro de Formação de Professores, em Santo André, e em cerca de nove metros quadrados da cobertura de um telheiro, da escola de Ermidas Sado. -----

Esclareceu ainda que não foi garantida, por parte do Governo, a comparticipação, a cem por cento, do custo das obras, as quais são da responsabilidade do mesmo, acrescentando que numa reunião com a Senhora Secretária de Estado da Educação transmitiu que a Câmara Municipal estava disponível para entrar neste processo caso houvesse a garantia do financiamento total das obras a efetuar. -----

Informou também que tinha sido prevista uma verba de duzentos mil euros para todo o Litoral Alentejano e que só as obras da Escola de Alvalade precisavam deste montante. Acrescentou que tinha também sido previsto, em portaria, um valor base por metro quadrado que era muito reduzido relativamente aos valores indicados nas consultas públicas feitas para remoção daquele material. Mais informou que a nível da Secretaria de Estado também foram feitas diligências para averiguar a possibilidade de

financiamento destes projetos através de fundos comunitários, mas não existe verba para o efeito. -----

Informou ainda que a verba prevista de duzentos mil euros para o Litoral Alentejano seria retirada de investimentos da competência das autarquias no Pré-escolar e no 1º Ciclo, quando a Câmara Municipal de Santiago do Cacém já investiu milhares de euros na requalificação das escolas nº 2, nº 3 e nº 4 de Santo André e de Ermidas Sado, para as quais não foi suficiente os oitenta e cinco por cento de financiamento.-----

Concluiu, referindo que compreendia que o Governo tivesse dificuldade na elaboração dos projetos e no lançamento de concursos para todas as obras neste âmbito a realizar no País, sendo que o Município está solidário com o mesmo nesta matéria, desde que haja garantia da cobertura a cem por cento dos custos das obras a realizar, tal como acontece relativamente a outros projetos da responsabilidade da Administração Central, dando como exemplo a requalificação das instalações da GNR, em Santo André.-----

Acrescentou ainda que nenhum Município do Litoral Alentejano assinou o Protocolo sobre este assunto. -----

O Senhor Manuel Mourão referiu que não tinha assistido a algumas sessões da Assembleia Municipal, porque tinha reivindicado que as mesmas pudessem ser realizadas à distância, como agora está a ser feito e como está acontecendo por todo o País, o que, inicialmente, tinha sido recusado pela CDU, sendo esta a razão pela qual não tinha tido conhecimento das informações que o Senhor Presidente referiu já ter dado sobre este assunto. -----

Mais esclareceu que a informação relativa às quatro escolas no Município estava referenciada nas NUTs, assim como outras escolas de municípios que tinham assinado os protocolos. Acrescentou que na mesma notícia que consultou sobre este assunto, dizia que o valor base indicado era de cinquenta e cinco euros o metro quadrado, para realização das obras e que o mesmo podia ser ajustado. -----

Referiu ainda que não podia aplaudir a posição dos presidentes das câmaras municipais do seu Partido e a da Câmara Municipal relativamente às escolas, da qual resultou que muitos milhares de euros não tivessem sido investidos no Município, tendo sido canalizados para outras regiões do País, acrescentando que tinha ficado satisfeito pelo número de escolas que foram beneficiadas noutros municípios que aderiram ao programa, geridos quer pelo PS, quer pelo PSD e pela CDU.-----

Mais referiu que lhe custava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal desse a entender que dormia descansado com esta questão das escolas, quando se trata de um problema de saúde pública.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu novamente que se tratava de um problema da competência do Governo, sugerindo ao Senhor Manuel Mourão que pedisse responsabilidades aos membros do Governo do seu Partido e reivindicasse junto dos mesmos a realização daquelas obras.-----

Interveio o Senhor Norberto Barradas, eleito da CDU, referindo que tem ouvido várias vezes o discurso de imputar responsabilidades à Câmara Municipal sobre questões que não são da competência da Autarquia, o que considera vergonhoso, bem como a pressão que é feita sobre as autarquias para que aceitem competências, sem o devido financiamento.-----

Acrescentou que a Câmara Municipal requalificou as escolas que são da sua competência e que o Ministério da Educação também já o devia ter feito nas escolas da sua responsabilidade. -----

PAINÉIS SOLARES EM VALE DE ÁGUA -----

O Senhor Luís do Ó, eleito do PS, referiu que se tratava de um projeto brutal, com a instalação de tão grande quantidade de painéis solares na Freguesia de S. Domingos e Vale de Água. Acrescentou que sempre foi a favor das energias renováveis, mas o que estava em causa ia muito para além de tudo aquilo que era admissível, tendo em conta a enorme dimensão de terreno previsto para a instalação da Central Fotovoltaica, mais de mil hectares, e os consequentes impactos negativos para aquela zona. Pelo que lhe custava bastante, e tinha ficado sem perceber, a posição dos eleitos das outras bancadas sobre este assunto, embora lhe parecesse que o facto de votarem contra o referendo proposto, não significava que estavam a favor do projeto, sendo que a bancada do PS considera importante consultar a população sobre o assunto, independentemente da forma como essa consulta for feita.-----

Acrescentou que esta situação vai afetar gravemente aquela Freguesia e todo o Município, pelo que considerou que todos os eleitos, em Santiago do Cacém, têm que ser mais afirmativos relativamente a este tema e não podem ser complacentes com este tipo de decisões superiores relativamente às quais é preciso ter uma posição forte. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Referendo proposto não tinha efeitos práticos, como já tinha sido dito, não estando previsto nas competências dos órgãos autárquicos, sugerindo aos proponentes que proponham ao Governo PS, tendo em conta que são do mesmo partido, que legisle também sobre esta matéria, no sentido de tornar o referendo vinculativo. -----

Interveio a Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referindo que o Referendo era uma arma que o 25 de Abril e a democracia nos deu, para que as pessoas possam ser ouvidas, considerando que não era descabido fazer uma proposta de referendo, porque a lei assim o determina, desde que seja aprovado pela maioria, o que não aconteceu. -----

Acrescentou que os argumentos apresentados, de que o mesmo não produziria efeito e que se poderá estar a defraudar as expectativas das pessoas, as quais podem pensar que com o referendo não seria instalada a Central, valem o que valem, questionando porque razão se promovem manifestações e porque é que está presente um grupo de cidadão nesta Assembleia, para serem ouvidos e fazerem prevalecer os seus direitos, sendo este também o objetivo do referendo, ouvir as populações. -----

Mais referiu que os eleitos do PS gostariam de saber o que as pessoas de S. Domingos e Vale de Água têm a dizer sobre o projeto da Central, porque já tinha percebido, pelo que foi dito, que as pessoas não tiveram hipótese de se pronunciar e por considerarem que as mesmas têm o direito e o dever de o fazer. -----

Referiu também que esta iniciativa podia constituir uma pressão junto dos governantes, para ajudar a resolver esta situação, porque aos eleitos do PS não satisfaz que seja implantada uma Central com aquelas dimensões no Município.-----

Referiu ainda que, em relação aos recados para o Governo PS, já tinha mencionado várias vezes na Assembleia Municipal que tinha sido eleita para defender os cidadãos que a elegeram pelo PS e para defender o Município de Santiago do Cacém, relativamente ao qual não se desvinculava. -----

Acrescentou que não era porta voz do PS que está no Governo, e que no Partido Socialista cada um pensava pela sua cabeça e assumia os seus atos. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, começando por referiu que os políticos têm que ser rigorosos nas palavras. -----

Mais referiu que percebia a intenção de envolver as pessoas, como já acontece com os cidadãos presentes, sendo que o referendo era um instrumento político e jurídico com consequências que têm que ser vinculativas, o que não é possível, em termos jurídicos.

Mais referiu que a Senhora Susana Pádua e os restantes membros da sua bancada representam o Partido Socialista, na Assembleia Municipal, o qual governa o País, pelo que tinham o dever de fazer pressão junto das entidades competentes da Administração Central, no sentido da resolução dos problemas do Município, tal como ele o tinha feito, em mandatos anteriores, e quando o seu partido era Governo.-----

Interveio o Senhor Norberto Barradas, eleito da CDU, referindo que votaram contra, porque entendem que o referendo em causa não tinha valor jurídico, como já tinha sido dito.-----

Acrescentou que se sabe qual é o sentimento da população relativamente àquele megaprojeto, e que os eleitos do PS devem informar e exercer pressão junto do seu Partido sobre o assunto. -----

Mais referiu que os eleitos da CDU não abdicarão de tomar uma posição, quando conhecerem os detalhes do projeto. -----

Interveio o Senhor Tiago Silva, eleito do PS, referindo que o Referendo está previsto na Constituição e pode ser realizado sobre questões locais e nacionais.-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ - TERRENOS CEDIDOS AO INSTITUTO PIAGET-----

O Senhor Luis do Ó, eleito do PS, referiu que se congratulava com o facto de parte dos terrenos que tinham sido cedidos ao Instituto Piaget terem transitado para o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), aguardando os projetos de formação profissional que ali serão concretizados.-----

Acrescentou que existia a parcela B com os lotes 1 e 2, onde o Instituto Piaget pretendia construir uma Unidade de Saúde, com um centro de Fisioterapia, bem como um edifício ligado à área editorial, respetivamente, sendo que estes projetos não avançaram, pelo que questionou sobre o ponto de situação relativo a estes terrenos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara Municipal tinha cedido aqueles terrenos, em Direito de Superfície, ao Instituto Piaget, havia mais de vinte anos, os quais se destinavam à criação de um complexo universitário naquela Cidade.-----

Mais informou que o IEFP, tinha mostrado interesse, havia também alguns anos, em adquirir parte dos edifícios para requalificar, com vista à criação, naquele espaço, do grande Centro de Formação Profissional do Litoral Alentejano, mediante um acordo entre as partes, o que já se concretizou.-----

Informou ainda que o Instituto Piaget deixou cair os projetos para os outros lotes, porque não conseguiu a homologação de alguns cursos. Acrescentou que no terreno destinado à atividade editorial existiam benfeitorias que a Câmara Municipal teria que pagar se procedesse à reversão do lote. -----

Mais informou que numa outra parcela de terreno que tinha sido cedida para o complexo universitário, foi construído um hotel, o qual começou a pagar o Direito de Superfície.--

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE O 25 DE ABRIL E O 1º DE MAIO-----

Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, em representação das e dos eleitas/os da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“MOÇÃO-----

Pelo 47º aniversário do 25 de Abril e 1º de Maio -----

Comemorámos este ano o 47º aniversário da Revolução de Abril, a maior realização histórica no país para a libertação do povo português, num cenário diferente pelo segundo ano consecutivo, mas ainda assim não deixando de o celebrar condignamente. -

Comemorámos a Revolução desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas naquela madrugada libertadora de 25 de Abril de 1974. O maior ato de união e heroísmo do nosso povo que se juntou ao MFA e saiu à rua. Que permitiu devolver aos portugueses a liberdade e a sua dignidade depois de quase meio século de exploração, miséria, fome, iliteracia, tortura, perseguição e exílio, resultado da ditadura fascista até então instalada. -----

Comemoramos a democracia em Portugal e a sua lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa. -----

Comemorámos uma das suas maiores conquistas: o poder local democrático. ----- Portugal e o mundo atravessam ainda a grave pandemia da COVID-19. No entanto esta crise sanitária não poderá ser sinónimo de crise económica e social, levando ao empobrecimento de milhares de Portugueses e condenando-os à exclusão social. A cultura não pode ser alvo de ignorância e indiferença, como se um bem desnecessário à sociedade se tratasse. A produção nacional não pode ser destruída e as pequenas e microempresas não podem ser condenadas ao seu fim, em contraste com o aumento dos lucros dos acionistas das grandes multinacionais, gerando exponenciais aumentos de desemprego. A pandemia não pode servir de desculpa para as violações que ocorrem dos direitos constitucionais basilares de uma sociedade democrática, como no direito aos cuidados de saúde, através do SNS – Serviço Nacional de Saúde, e no direito à educação, à habitação, ao emprego, com igualdade de oportunidades para todos. -----

É urgente uma política que promova o desenvolvimento económico, cultural e social do país, que devolva ao país a sua soberania, que defenda os trabalhadores e o povo, que afirme os valores de Abril no futuro de Portugal. -----

Neste 1º de Maio saudamos os trabalhadores e o povo. Este será mais um dia de celebração e luta, necessária para a resposta às justas reivindicações dos trabalhadores, para que o rumo do país seja feito pelo caminho dos valores que aquela madrugada de Abril nos trouxe. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril de 2021, delibera;-----

1. Saudar a população do concelho pela sua participação nas comemorações institucionais promovidas pelas autarquias e nas comemorações populares.-----
2. Promover e estimular a luta em defesa dos valores conquistados de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma política que sirva Portugal e os portugueses. -----
3. Apelar à resistência e à luta pela liberdade, pela democracia, pela paz e pelo desenvolvimento e progresso do país, por um Portugal livre, independente e soberano.”-

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte votos a favor**, sendo catorze das e dos eleitos da CDU Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Luís Pedro Marques de Matos, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Cinco de eleitos e de eleitas do PS, Senhores Manuel Mourão, Luís de Silva do Ó e Ricardo Jorge da Cruz, e Senhoras Susana Louro Correia Pádua e Raquel Correia. -----

Um da eleita do BE, Senhora Rosa Maria Teixeira de Almeida.-----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Ramos e Francisco Lobo de Vasconcellos e Senhora Maria Teresa Machado Branco, e uma do Senhor Tiago Maria Jantarão da Silva, eleito do PS.

PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE A REDE FERROVIÁRIA

Pelo Senhor José Neves, em representação das e dos eleitas/os da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção.

“MOÇÃO

Devolver o Comboio às Populações

A Moção que apresentamos serve para denunciar a atitude que os governos têm tido para com a rede ferroviária nacional, e principalmente com a falta de comboios a pararem no nosso concelho e que fazem ligações com várias localidades dos concelhos vizinhos.

Em dezembro de 2011, por indicação do governo do PSD/CDS e por razões puramente economicistas, a CP – Comboios de Portugal suprimiu o comboio regional na Linha do Sul, deixando as populações do Litoral Alentejano sem este transporte público. O transporte ferroviário é o mais confortável, com menos custos, mais amigo do ambiente e um meio importante, se não o mais importante, para a mobilidade dos portugueses. --- As preocupantes questões ambientais e o combate às alterações climáticas fazem precisamente do comboio o transporte coletivo do futuro, mas de um futuro que se quer presente.

Em conclusão exigimos que sejam revistos e reativados todos os pontos de paragem ferroviária, a fim de facilitar a mobilidade das populações ao longo da mesma, visto ser um trajeto viável e de grande utilidade para todos, além de contribuir para a não emissão de poluição.

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 30 de abril de 2021, decide exigir ao Governo e às entidades competentes:

1. A reposição dos comboios regionais na linha do Sul e recuperação da ligação ferroviária Santiago do Cacém-Sines;
2. Enviar esta moção para o Primeiro Ministro, Presidente da Assembleia da República, Presidente da República e outras entidades envolvidas.”

A Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor**, sendo catorze das e dos eleitos da CDU, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Luís Pedro Marques de Matos, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.

Quatro de eleitos e de eleita do PS, Senhores Luís de Silva do Ó, Tiago Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e Senhora Susana Louro Correia Pádua.

Três dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Ramos e Francisco Lobo de Vasconcellos e Senhora Maria Teresa Machado Branco. ---

Um da eleita do BE, Senhora Rosa Maria Teixeira de Almeida. ---

Duas abstenções, de eleito/a do PS, Senhor Manuel Mourão e Senhora Raquel Correia. -

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ E JUNTA DE FREGUESIA DE ERMIDAS – INICIATIVAS

A Senhora Raquel Correia, eleita do PS, saudou a Junta de Freguesia de Santo André pela iniciativa, nas escolas, no âmbito das comemorações do 25 de Abril. -----
Saudou também a Junta de Freguesia de Ermidas pela decoração, na entrada da Vila, alusiva ao Dia da Mãe. -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

---1. Expediente. -----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a abril de dois mil e vinte e um, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

---2. Ata -----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 01**, da Sessão Ordinária de vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----
O Senhor Luis Pedro Marques de Matos não votou, por não ter estado presente na reunião. -----

3. Apreciação da informação da Câmara Municipal sobre o segundo aditamento à terceira renovação e quarta renovação das medidas extraordinárias e de carácter urgente, para apoio social e económico no combate à pandemia pela doença COVID-19. -----

A Senhora Presidente propôs que também fosse tomado conhecimento de uma adenda à quarta renovação das medidas, não tendo sido levantadas objeções. -----

A Senhora Presidente concedeu em seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que se tratava da renovação de um conjunto de medidas, para minimizar os problemas, face à pandemia, onde está incluída a isenção das esplanadas, acrescentando que a Câmara Municipal irá cobrir a receita relativa às esplanadas e que não foi cobrada pelas juntas de Freguesia devido à pandemia. -----

O Senhor Ricardo da Cruz, eleito do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, referiu que considerava que a isenção das esplanadas era uma boa medida, sendo que tinha algumas dúvidas relativamente à situação dos estabelecimentos sitos no Centro Histórico de Alvalade que deixaram de ter esplanadas no âmbito da requalificação agora efetuada, enquanto outros estabelecimentos passaram a dispor de esplanadas, questionando sobre a cobrança dos valores relativos a estes últimos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que se tratava de uma competência da Câmara Municipal que tinha sido delegada, em algumas juntas de Freguesia, acrescentando que as novas esplanadas não entravam na equação prevista, relativamente à cobertura da receita que atrás referiu. -----

Mais referiu que todos estamos solidários com os empresários do sector, e que a solidariedade entre as autarquias também prevalece nesta situação. -----

TOMADO CONHECIMENTO -----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) **Adequação do Mapa de Pessoal para 2021 – Atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade;**-----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte -----
“**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a adequação do Mapa de Pessoal para 2021, com a identificação dos postos de trabalho, cujas funções preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade e nível atribuído. * -----
FUNDAMENTOS: De facto: O artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2021, prevê a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional que exerçam funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde. - O suplemento de penosidade e insalubridade é atribuído por cada dia de trabalho efetivamente prestado em que seja reconhecido um nível de insalubridade ou penosidade baixo, médio ou alto. O seu valor diário é abonado no intervalo entre 3,36 € e 4,09 €, para os níveis baixo ou médio. Quando seja reconhecido um nível de penosidade ou insalubridade alto, o valor do suplemento a atribuir corresponde a 15% da remuneração base diária, salvo se resultar valor inferior a 4,99 €, valor mínimo encontrado, e recomendado designadamente pela Direção Geral das Autarquias Locais, para garantir que o valor do suplemento previsto para o nível alto não seja, em nenhuma circunstância, inferior ao valor previsto para o nível médio, bem como manter a proporção de variação entre níveis. -----
Compete ao órgão executivo, sob proposta financeiramente sustentada do presidente da câmara municipal, definir quais são as funções que preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade, ouvidos os representantes dos trabalhadores e com o parecer fundamentado do serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho. -----
Considerando que: -----
O mapa de pessoal do município integra trabalhadores da carreira de assistente operacional que exercem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, do saneamento, dos procedimentos de inumações, exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas; -----
Do exercício de tais funções resulta uma comprovada sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde; -----
As funções desempenhadas pelos trabalhadores afetos às áreas referidas apresentam um alto nível de penosidade ou insalubridade, de acordo com a análise relativa aos níveis de penosidade e insalubridade efetuada pelo serviço de higiene e segurança no trabalho, que integra o processo; -----
A verba para atribuição do referido suplemento tem dotação no orçamento de 2021, na rubrica orçamental sob a classificação 01 02 13 02. -----
Foi efetuada a adequação do mapa de pessoal com indicação dos postos de trabalho com funções que preenchem os requisitos de penosidade insalubridade e nível atribuído, que se distribuem nas áreas das unidades orgânicas Divisão de Projeto e Obras, Divisão de Comodidade Local e Serviço de Salubridade e Espaços Verdes. -----
Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, foram ouvidos os representantes dos trabalhadores, cujas apreciações constam do processo. ---
De direito: De acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2021).” -----

*Documento que é dada como reproduzido na presente Ata, com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma questão legislada nos anos noventa, mas que não tinha sido regulamentada, sendo agora incluída no Orçamento de Estado de 2021. Contudo, havia um conjunto de sectores que ficaram de fora, por não terem sido considerados de risco, como por exemplo os asfaltadores e os trabalhadores dos espaços verdes, quando estes roçam o mato e limpam os espaços, enquanto os seus colegas da limpeza urbana são abrangidos. Acrescentou que se trata de uma tremenda injustiça, e informou que esta questão já foi colocada ao Governo pelos grupos parlamentares do PCP e do Partido Os Verdes. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal optou pelo valor máximo previsto para este Suplemento, tendo em conta os baixos salários dos trabalhadores das autarquias, esperando que todos continuem a lutar para que os mesmos tenham mais direitos. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

DELIBERAÇÃO SOBRE PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

Foi aprovado prolongamento dos trabalhos, por maioria. -----

A partir deste momento, eram zero horas e cinco minutos, verificou-se a ausência da Senhora Raquel Correia, do Senhor Tiago Silva e do Senhor Carlos Jorge Canário. -----

--- b) Transferência de competências na área da Ação Social – Rejeição para o ano de 2021. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

“PROPOSTA: Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a rejeição para o ano de 2021, das competências transferidas por via do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 21 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social; -----

Dois: Comunicar à Direção Geral das Autarquias Locais a presente deliberação. -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: Um: Os órgãos Municipais do Município de Santiago do Cacém têm vindo a recusar a transferência de competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, por estas não corresponderem às necessidades efetivas das populações e à realidade das autarquias locais; -----

Dois: De facto, o subfinanciamento do Poder Local, a transferência de encargos em distintas área, que mais não fazem do que alijar responsabilidades, colocando sérios problemas à gestão das autarquias e em nada contribuindo para a prestação de melhores serviços, antes pelo contrário, criando novos entraves à resposta aos problemas e anseios das populações. -----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: Relativamente ao ano 2021, os municípios que não pretendam assumir as competências previstas no Decreto-lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, podem fazê-lo mediante comunicação desse facto à Direção Geral das

Autarquias Locais, após previa deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República, do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º (Portaria n.º 63/2021, Portaria n.º 64/2021, Portaria n.º 65/2021 Portaria n.º 66/2021, todas de 17 de março), conforme dispõe o n.º 2 do artigo 24.º do referido diploma.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, começando por referir que esperava uma informação mais concreta sobre este assunto, nomeadamente um mapa com os elementos financeiros para os recursos humanos necessários e a indicação dos serviços que já são prestados, tendo em conta que se trata de questões relativas ao Rendimento de Inserção Social e de serviços de atendimento e acompanhamento social, considerando que aqueles dados eram muito importantes.-----

Acrescentou que os eleitos do PS consideram que, em termos de competências, as câmaras municipais podem dar uma melhor resposta, porque conhecem as necessidades das populações. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referindo que têm tido uma posição clara a favor da descentralização, sendo que o processo para a sua concretização não tem sido claro, considerando que seria importante clarificar a questão do financiamento das competências a transferir para as autarquias, as quais, pela sua proximidade aos cidadãos, podem prestar um melhor serviço. Acrescentando que se irão abster, não por discordarem da descentralização de competências, mas por considerarem que existem nebulosas neste processo que têm que ser clarificadas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com treze votos a favor, das eleitas e dos eleitos da CDU, Senhor/as/es Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Luís Pedro Marques de Matos, José Manuel Guerreiro das Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Cinco abstenções, sendo uma, do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, três dos eleitos e da eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Pedro do Ó Ramos e Francisco Lobo de Vasconcellos e Senhora Maria Teresa Machado Branco, e uma da eleita do BE, Senhora Rosa Maria Teixeira de Almeida. -----

Três votos contra, dos eleitos do PS, Senhores Manuel Mourão e Luís de Silva do Ó, e Senhora Susana Pádua.”-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente Paula Lopes concedeu a palavra Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha, para apresentar a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal, nos meses de janeiro e fevereiro de 2021, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente agradeceu novamente a presença dos munícipes, acrescentando que são sempre bem-vindos. -----

Agradeceu também a todos os funcionários da Autarquia pelo apoio na realização da Sessão da Assembleia Municipal. -----
Desejou a todos um bom 1º de Maio e um bom fim de semana. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em Ata.-----
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----
Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram zero horas e dez minutos.-----
Desta Sessão se lavrou a presente Ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

